

Floresta, Agricultura e Extrativismo Madeireiro na Modelagem da Paisagem Agrária do Rio de Janeiro Colonial Tardio: o caso da bacia do Macacu³³

Diogo de Carvalho Cabral

Mestre em História Social pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS)
da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

E-mail: diogocabral@superig.com.br

³³ Agradeço a Maurício Abreu, José Augusto Pádua e José Augusto Drummond pelas leituras críticas e sugestões. Isento-lhes, obviamente, do peso de qualquer equívoco ou mesmo opinião polêmica que o texto possa apresentar: elas são todas de exclusiva responsabilidade do autor.

Resumo: O artigo usa documentação administrativa (lista nominativa de habitantes) para analisar a dinâmica econômico-ecológica dos “sítios agro-madeireiros” – isto é, produtores agrícolas que praticavam o extrativismo e o beneficiamento primário da madeira tropical como atividade acessória, na esteira do processo de arroteamento –, bem como sua reflexão na modelagem da paisagem agrário-florestal, na bacia do rio Macacu, Rio de Janeiro, no final do século XVIII. Neste período, a referida área constituía-se num grande “refúgio” do bioma de Mata Atlântica, principalmente nas porções de relevo mais acidentado da paisagem. O recorte temporal utilizado (c.1770 – c.1800) possibilita enxergar que o estoque florestal da bacia, ainda muito volumoso, era uma variável fundamental na conformação dos sistemas agrários, principalmente aqueles voltados para o abastecimento alimentar.

Abstract: The paper uses administrative documentation (nominative list of inhabitants) in order to analyze the economic-ecological dynamics of “agro-timbering sites” – that is, agriculturalists that practiced extractivism and primary improvement of tropical timber during the assartment process – as well of its results in the modeling of agrarian-forest landscape in Macacu river basin, Rio de Janeiro (Brazil), in the late eighteenth century. In this period, the referred area constituted a great “refugee” of the Atlantic Forest biome, especially in the higher portions of the landscape. The temporal outline used (c.1770 – c.1800) enables us to visualize that the basin’s forest stock, still very large, was a crucial variable in the conformation of agrarian systems, especially those turned to food supplying.

1. Introdução

No atual estado da epistemologia histórica, o estudo das paisagens tende a situar-se num campo teórico polarizado, de um lado, pela *história econômica* e, de outro, pela recente linha de abordagem que se convencionou chamar de *história ambiental* ou *ecológica*. Apesar de Burke (1992:8) interpretar como uma ameaça à “verdadeira” identidade da primeira a emergência da segunda, acreditamos, com Martinez-Alier (1995), que o que há – ou o que *deve* haver – é uma recolocação dos problemas ou talvez mesmo uma ampliação do escopo de investigação propiciada pela aplicação de uma abordagem ecológica aos temas tradicionais da histórica econômica. O próprio deslocamento de grande parte do interesse dos historiadores econômicos da esfera da produção para a da circulação/distribuição e do consumo³⁴ deixa em aberto um nicho que alguns historiadores ambientais não têm hesitado em ocupar, principalmente quando se trata daqueles setores mais a montante da cadeia produtiva, isto é, mais diretamente dependentes dos recursos naturais, renováveis ou não (ver, e.g., Totman, 1995; Santiago, 1998; Sluyter, 1998; Drummond, 1999; Cabral, 2007).

Enquanto objeto de estudo dessa nova história econômico-ambiental, a categoria “floresta” não se apegue à tradicional segmentação entre “paisagem natural” e “paisagem cultural”. Na floresta, sociedade e natureza imiscuem-se de uma tal maneira de modo que é impossível distinguir os dois domínios de maneira clara. Longe tanto da imagem do ermo idílico – uma simples “extensão de arvoredos e charnecas que se manteve ‘selvagem’, onde animais [...] podem correr à vontade” –, quanto da imagem do “jardim domesticado”, a floresta apresenta-se com a sua “complexa economia própria”: onde se multiplicam os povoamentos, as reivindicações e exigências correntes em relação aos inúmeros recursos ambientais (solo, madeira, frutos, medicamentos, água, alimentos de origem animal e energia) estão submetidas a uma intrincada regulamentação formal e informal (Thompson, 1987:32). A própria existência da floresta em meio a áreas agricultáveis já constitui, em si, um resultado do direito (Silva, 1997:209).

Disto depreende-se que não há uma oposição necessária entre florestas e lavouras. Essas duas paisagens podem ocorrer de maneira complementar, tanto na forma de transições ecológicas quanto na forma de verdadeiras associações funcionais (Deffontaines, 1969:32). De acordo com George (1963:147), as economias agrícolas tradicionais ou pré-industriais caracterizam-se, em geral, pela estreita associação entre o cultivo propriamente dito (a domesticação vegetal) e o que ele chama de “produções anexas” (a caça, a coleta, a extração de madeira, etc.). A aparente polarização campo/floresta mostrar-se-ia, deste modo, na verdade, como uma relação de

complementaridade (Silva, 1997:209).

Ao contrário do que se pode vir a pensar, a manipulação do comportamento biológico das plantas para fins de alimentação perfaz tão-somente uma dentre as muitas motivações econômicas potencialmente fundadoras das práticas humanas de interação com os ecossistemas florestais. A relação de troca biofísica entre os sistemas produtivos rurais e os ecossistemas florestais é, na verdade, a síntese dos diversos tipos de *apropriação* – no sentido marxiano de “retirar [...] ou determinar algum tipo de uso para alguma parte da natureza” (Hobsbawm, 1991:16) – a que a floresta é submetida, já que esta fornece, além de seu substrato (o solo), inúmeros outros recursos para a sustentação dos grupos humanos. A ação constante do homem “catando gravetos, recolhendo frutos, caçando animais ou controlando incêndios – só para citar trabalhos ‘leves’ no interior do bosque – alterava em profundidade o comportamento das populações vegetais” (Silva, 1997:209). Aceitando esta premissa, distanciamos-nos tanto de uma *história florestal* mais simplista, na qual “a floresta aparece como matéria-prima para o comércio de madeira e nada mais” (Dean, 1996:22), quanto de uma *história agrária* de base economicista na qual a floresta aparece como mero “combustível” e/ou ecossistema improdutivo a ser convertido – ambas extremamente cândidas.

Segundo Linhares (1983:746-7), a história agrária nasceu da “feliz comunhão” entre o geógrafo e seu método de observação das relações do homem com seu meio físico e o historiador, com seu método de explicar as mudanças no tempo e no espaço. Ainda segundo Linhares, o encontro entre a Geografia e a História foi, no Brasil, muito breve, tendo sido em grande parte abortado pelo debate político sobre as origens da sociedade brasileira nas décadas de 1940, 50 e 60. Este movimento freou o prosseguimento da exploração dos ricos filões interdisciplinares já indicados por Caio Prado e, também, em larga medida, pela obra de Capistrano de Abreu.

A meu ver, resgatar aquela efêmera “feliz comunhão” seria o caminho para redefinirmos a história agrária num quadro mais amplo de construção dos objetos de investigação, quadro este que inclua o importante componente geo-ecológico. Pensar historicamente a floresta colonial brasileira é refletir sobre a sua apropriação em *locus* transformado pela ação humana, é determinar a multiplicidade de indivíduos e grupos sociais que ali construíram suas vidas, particularmente marcando e sendo marcados em seu convívio global, em uma simbiose sempre imperfeita, sempre desequilibrada – no

³⁴ Para uma breve consideração das causas desse deslocamento, ver Levi (1998:207-8).

sentido nequentrópico do termo –, com o ambiente silvestre. Viver o que hoje chamamos de “campo”, especialmente para os pobres livres, era viver a mata em sua inteireza, com todas as suas possibilidades de formação de renda.

Essa complexidade da socioeconomia agrária refletia-se, obviamente, na conformação da paisagem. Neste contexto de processos, pode-se vislumbrar uma outra dimensão do fenômeno de expansão da fronteira agrária³⁵: aquele ocorrente em áreas de povoamento neo-europeu já consolidado, como em boa parte da costa brasileira (do Rio de Janeiro a Recife) da segunda metade do século XVIII, onde eram típicas as paisagens compostas de grandes canaviais e roças de subsistência avançando sobre grandes “sertões” florestais interiores. Este cenário originava-se da dinâmica de “sítios agromadeireiros”, produtores agrícolas que praticavam o extrativismo e o beneficiamento da madeira tropical como atividade acessória, na esteira do processo de arroteamento. O objetivo deste artigo é examinar a dinâmica deste processo numa área específica do Rio de Janeiro colonial tardio: a bacia do rio Macacu, localizada na porção norte-oriental da bacia hidrográfica da Guanabara.

2. Povoamento neo-europeu e conformação administrativo-territorial da bacia

O início do povoamento neo-europeu da bacia do Macacu remonta a meados do século XVI, logo após a vitória dos portugueses sobre os franceses e seus aliados tamoios na batalha pela Baía de Guanabara. Iniciada a concessão das terras do recôncavo, é doada a Miguel de Moura – secretário particular de D. Sebastião, mas que, curiosamente, jamais pensou em vir ao Rio de Janeiro – uma sesmaria 261,36km², em meio aos sertões do Macacu, a maior de todas as que foram concedidas na Guanabara durante o século XVI. A segunda sesmaria, de igual dimensão da primeira e fazendo com ela limite, foi doada a Cristóvão de Barros, que foi capitão-mor da frota de três galeões, vinda de Portugal para socorro do Rio de Janeiro na referida batalha. Mais tarde, Miguel de Moura fez doação de sua sesmaria aos jesuítas, que venderam parte dela a Manoel Fernandes Ozouro, fundador de uma capela entre os rios Caceribu e Guapi-açú, sob a invocação de Santo Antônio, em 1612. Para o patrimônio da capela,

³⁵ O conceito turneriano de fronteira enfatiza os macro-processos “modernos” de povoamento dos territórios do Novo Mundo, alargando o ecúmeno neo-europeu e abrindo espaço para a ocupação agrícola. No caso brasileiro, esses macro-processos estiveram associados às expedições ao “sertão” para o aprisionamento de gentios e procura de metais preciosos mas, sobretudo, ao desenvolvimento da pecuária.

Ozouro e sua mulher, Isabel Martins, doaram 350 braças (770m) de terras. Criado o curato, com sede na capela, os fundadores aumentaram a dádiva, doando à Igreja, além das terras do adro e da capela – que estavam dentro das 350 braças – mais 100 braças em quadro por trás do pequeno templo e as alfaias deste (Forte, 1937:35-7; Abreu, 2003:s/p).

Este procedimento era uma forma de apropriação territorial muito comum no Brasil Colônia, como nos informam diversos autores (Moraes, 1935; Deffontaines, 1944; Azevedo, 1957; Marx, 1991; Abreu, 1997): trata-se dos *patrimônios religiosos*, isto é, glebas cedidas por um ou vários proprietários fundiários para que os trabalhadores sem terra pudessem ali fixar residência. A cessão, entretanto, não se fazia diretamente a eles. O beneficiário era sempre o orago de uma capela já existente ou que se queria erigir no local, cabendo à Igreja, em nome do padroeiro, administrar esse patrimônio. Para tanto, era comum a instituição de uma irmandade, que aforava então aos colonos as terras recebidas. Garantia-se assim uma renda regular à capela, condição que o juízo eclesiástico impunha para que os serviços religiosos pudessem ser oferecidos com a regularidade e decência exigidas pelas leis canônicas.

Como observa Abreu (op. cit.:233-4), da repartição desses patrimônios surgiam, frequentemente, pequenos arraiais, alguns dos quais prosperaram e tornaram-se freguesias; muitos foram, mais tarde, elevados à categoria de vilas. Foi exatamente essa a trajetória de Santo Antônio de Sá. Em 1644, o curato foi elevado à categoria de paróquia, estendendo-se a então freguesia de Santo Antônio de “Caserabú” dez léguas para o norte. Finalmente, em 1697, quando governava a Capitania do Rio de Janeiro Artur de Sá e Menezes, fundou-se a vila no lugar da igreja matriz da referida freguesia (localizando-se junto à confluência dos rios Macacu e Caceribu), dando-lhe o nome de “Santo Antônio”, por ser este o orago, e “Sá”, em homenagem ao representante de Sua Majestade.

A Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu foi o primeiro núcleo urbano com esse *status* estabelecido na capitania do Rio de Janeiro (Forte, 1937:41).³⁶ Essa inexistência de vilas no recôncavo até quase fins do segundo século de colonização está ligada, segundo Lamego (1964:199), à base agrária da estrutura sócio-espacial, em

³⁶ No Brasil colonial, chamavam-se *ciudades* todos aqueles centros urbanos fundados diretamente por ordem régia, enquanto as *vilas* se tratavam de núcleos de povoamento fundados por governadores ou pelos próprios donatários (cf. Abreu, op. cit.:213-5). O Rio de Janeiro, vale lembrar, já havia “nascido” como cidade, em 1565.

conexão com os fatores da geografia física da região guanabarina. As curtas distâncias entre os núcleos produtores rurais e o centro consumidor/redistribuidor urbano, a facilidade de transporte fluvial e marítimo, assim como a própria situação financeira dos rurícolas – empenhados aos comerciantes do Rio de Janeiro que lhes adiantavam o capital em troca da produção agrícola – dificultavam a presença de intermediários nos pequenos portos da baixada. Embora uma larga tarja de lavoura bordejasse a Guanabara, os produtos alimentícios de consumo imediato, tais como a farinha, o feijão, o milho e o arroz, além das caixas de açúcar, rumavam diretamente das fazendas para o mercado carioca. Explica-se, destarte, o desinteresse dos grandes proprietários, absortos em suas plantações e “isolados em seus clãs rurais” para a fundação de novos centros administrativos que, ademais, viriam cercear o seu poder político localmente estabelecido.

Sem fazer menção às fontes das quais extraiu essa informação, Forte (op. cit.:43) afirma que a Vila de Santo Antônio de Sá era composta, em 1778, pelas freguesias de Santo Antônio de Sá (sede), Santíssima Trindade, Nossa Senhora d’Ajuda de Cernambitigba – ou Sarnambitiba, ou ainda de Guapi-mirim –, Nossa Senhora da Conceição do Rio Bonito, Nossa Senhora do Desterro de Itambi e São João de Itaboraá. Esses limites teriam mudado em 1789, quando da fundação da Vila de Magé. Segundo Lisboa (1967:165), o termo da vila incluiria, no ano de 1796, todas as freguesias mencionadas acima, com exceção da de Guapi-mirim. Documento datado de 1797, a *Discripção do que contém o Districto da Villa de Santo Antônio de Sá de Macacú* (AHU, Avulsos, caixa 165, no.62)³⁷, por sua vez, reduz ainda mais o território da vila, excluindo as freguesias de Itambi, Itaboraá e Rio Bonito, embora incluindo Guapi-mirim. Tendo em vista os objetivos deste artigo, considero que é melhor assumir a delimitação fornecida por esta última fonte, afinal de contas, o grande “norte”, em termos de evidências empíricas, nessa parte do trabalho, é a lista nominativa de habitantes que se encontra anexada ao final do documento supracitado. Minha área de estudo, destarte, encontra-se cartografada na figura 1.

³⁷ Para daqui em diante, faça-se saber que a sigla AHU significa Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). O documento citado (que foi “descoberto” e trazido ao Brasil pelo Prof. Maurício Abreu, para quem estamos em eterno débito) não se encontra autografado nem paginado, de modo que as referências a ele serão feitas por capítulo.

3. A conjuntura sócio-econômica

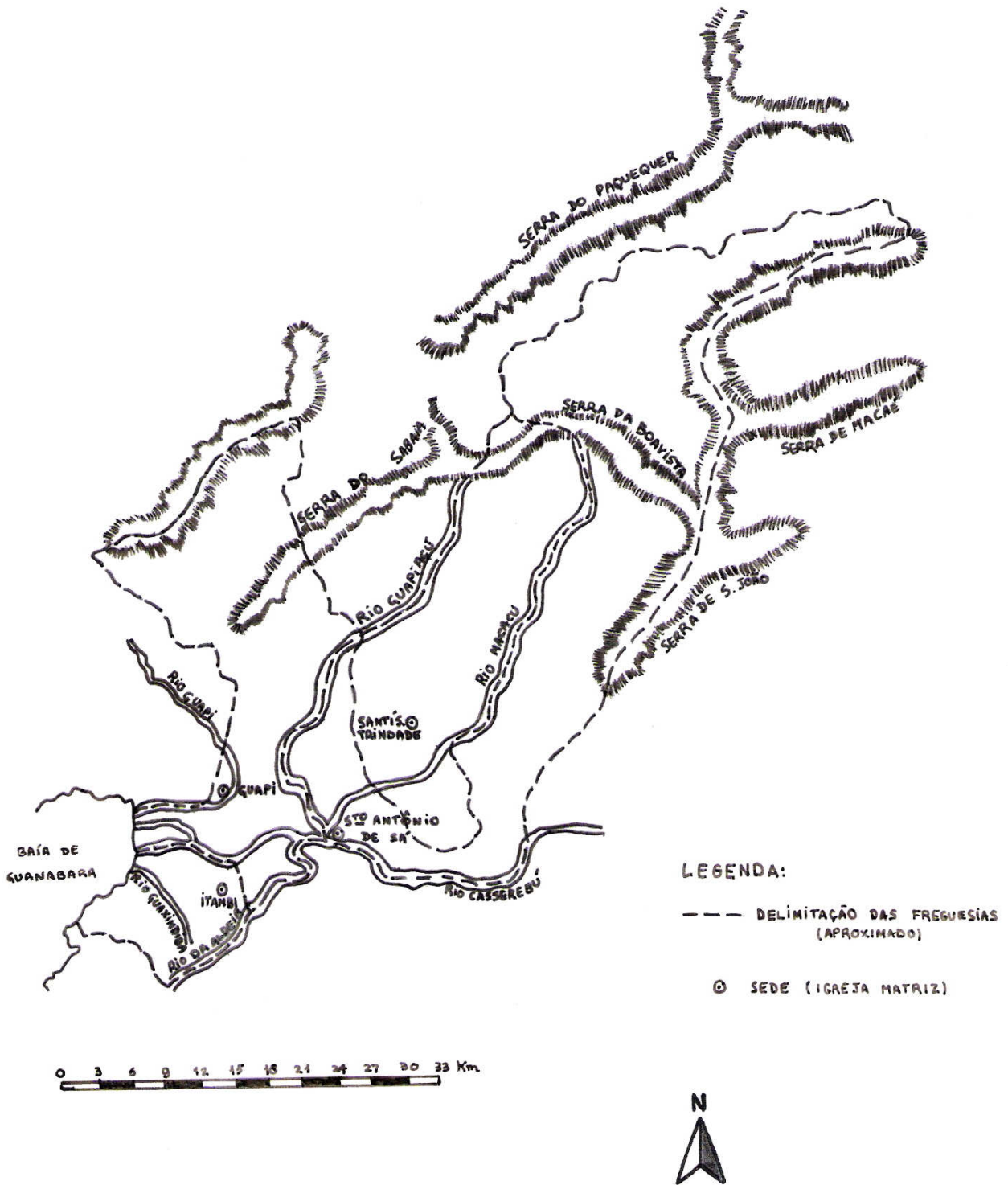
Para a capitania do Rio de Janeiro, o período colonial tardio parece ter sido marcado por um certo padrão de transformações econômicas e geográficas. Há toda uma historiografia mais recente que aponta não para um “renascimento da agricultura” – posto que ela nunca havia desfalecido –, mas para uma diversificação da economia agrária, no final do século XVIII e início do XIX, principalmente no que concerne ao mercado interno (Graner, 1985; Silva, 1990; Beauclair, 1992; Gorenstein, 1992; Fragoso, 1992). Segundo Fragoso e Florentino (2001:85-6), este período pode ser resumido por dois grandes movimentos “intimamente ligados”:

[...] a mudança nas formas de acumulação, culminando com a hegemonia de uma comunidade de comerciantes de grosso trato como elite econômica da região tratada; e a transformação do Rio na principal praça mercantil do Atlântico Sul, tendo a seu redor circuitos mercantis que abrigavam o comércio de importação-exportação, os negócios de redistribuição de produtos estrangeiros (europeus, africanos e asiáticos) no Brasil e o comércio colonial interno do Sudeste-Sul coloniais.

Esta conjuntura implicou, obviamente, alterações no processo de apropriação e uso do solo, ainda mais se tratando de um cenário em que as terras por ocupar ainda abundavam. A partir de meados da década de 1770, conta-nos Barros (1997:65), a fronteira volta a mover-se, ampliando sua extensão e reconfigurando o espaço da capitania. O seu avanço ocorreu em todas as áreas, espalhando-se pelos Campos dos Goitacazes, penetrando os sertões do Macacu, vencendo a Serra do Mar na freguesia de São João Marcos, surgindo em meio ao Vale do Paraíba, na freguesia de Campo Alegre, preenchendo os espaços que separavam as freguesias mais antigas, ao norte da baía de Guanabara, da Serra dos Órgãos.

Poucos são os meios de que se dispõe para caracterizar a conjuntura econômica do colonial tardio em minha área específica de estudo. Os dados que consegui coletar

Figura 1 – Área de estudo



Fonte: Adaptado de FUNDREM (1982).

sugerem que a situação da região macacuana destoava do contexto geral apontado pela

historiografia para o final do século XVIII e início do seguinte.

Baseando-se em fontes não explicitadas, Forte (op. cit.:44, 46, 49) afirma que, no final de década de 1770 e início da seguinte, a área do Macacu (as freguesias de Guapimirim, Santo Antônio de Sá e Santíssima Trindade) contava com cerca de 918 fogos. O quantitativo populacional fica prejudicado, pois o autor não fornece a cifra para Santíssima Trindade. As outras duas freguesias contabilizavam, juntas, 9.520 almas (livres mais escravos). Assumindo-se que a população de Santíssima Trindade fosse bastante semelhante à de Guapimirim (as duas diferiam em apenas duas unidades no número de fogos), então chegamos a uma estimativa de 13.310 pessoas. Segundo a lista nominativa, em 1797, o distrito da vila de Santo Antônio de Sá (abarcando as mesmas freguesias) possuía 11.538 almas distribuídas por 1.159 fogos. Tomando-se estes números como próximos da realidade, então se chega à conclusão de que houve um movimento aparentemente paradoxal de aumento do número de domicílios acompanhado de uma retração demográfica.

Essa aparente contradição começa a se desvanecer quando atentamos para uma possível crise de mão-de-obra escrava que afetava a região, nos últimos anos do setecentos. Com a palavra, o autor anônimo da *Discripção*:

Alguma decadencia q^o há nestes Povos, conhece se nascer da falta de escravos, q^o a não haveria se os tivessem, o q.^o muitos não podem conseguir pelo exorbitante preço em q.^o estão, motivo de não poderem adiantar as suas Lavouras; p^o q.^o estas não se podem maniar sem as precisas forsas, q^o esta Cultura requer, e p^o esta causa muitos perdem o animo, por não poderem com hum trabalho braçal; sendo esta a Razão de viverem alguns em ociosidade, ou vadiação, e outros que também tem decadencia pela mortandade de Escravos athe o ponto de ficarem pobres; porque nestes mesmo Escravos consiste o Cabedal deztes Lavradores (AHU, op. cit.:cap.10).

Atentemos, antes de tudo, para a plausível parcialidade política do documento. Comprar o discurso tal qual fato obviamente não faz sentido, principalmente quando sabemos que este tipo de exaro, associando “decadência agrícola” e “preços exorbitantes” dos escravos, já fazia, pelo menos desde meados do século XVIII, parte do arsenal argumentativo dos produtores rurais fluminenses nas suas estratégias lobistas contra os chamados “atravessadores” (Cavalcanti, 2005:38-40). Não podemos nos esquecer da possibilidade significativamente grande de o redator do documento acima citado ser um grande proprietário de terras e homens, isto é, alguém extremamente interessado no assunto.

De outra ponta, também me é forçoso notar que havia certas circunstâncias que podiam dar alguma verossimilhança ao relato – começando pela indicação de que a ocupação do espaço agrário progredia com diminuição do efetivo populacional. Isto pode sugerir que essa ocupação fosse realizada por pequenos ou mesmo não-proprietários de escravos e, por outro lado, que a população cativa não estava sendo repostada. Na análise do problema da escassez de escravos, é possível identificar dois fatores, um de ordem mais estrutural e outro, mais conjuntural. O primeiro diz respeito à formação, na região macacuana, do que Sorre (1943:293) chamou de *complexo patogênico*, ou seja, um sistema nosológico originado da interdependência ecológica entre um agente ativador de uma determinada enfermidade (uma bactéria, um vírus), os vetores que os transmitem (geralmente insetos) e os seres humanos em cujo organismo desenvolve-se infecção. O complexo a que me refiro é, especificamente, o *complexo malário*.

A malária ou impaludismo é uma das doenças mais antigas de que se tem notícia. Os agentes causadores dessa infecção sanguínea são os hematozoários do gênero *Plasmodium*, geralmente encontrados nas regiões quentes e úmidas do planeta. Os vetores são os já mencionados mosquitos anofelíneos, que constituem o centro organizador do complexo. Estes insetos reproduzem-se por meio de ovos deixados em ambientes hidricamente superavitários. A eles convêm, especialmente, por facilitar o desenvolvimento das larvas, que a cobertura vegetal presente seja composta por plantas com folhas de superfície estendida e dispostas horizontalmente, como as formações higrófilas. A fonte “original” dos parasitas é, na maioria das vezes, animais domesticados incorporados às atividades diárias do homem, como os bois e os cavalos. Eles são picados por um anofelíneo fêmea³⁸, que adquire, então, os esporos; quando de uma ulterior alimentação, eles podem ser inoculados nos seres humanos, se forem estes os fornecedores de sangue.

Na região macacuana, o complexo malário encontraria todas as condições para se desenvolver: superávit hídrico, vegetação paludosa e grande contingente de hospedeiros próximos. Aqui, não obstante, depara-se com um intrigante fenômeno histórico-epidemiológico: a mortalidade decorrente desse patógeno incidia de modo significativamente maior sobre a população cativa quando comparada à população livre (Santos, 1974:76-7). Isto também foi observado por Faria (1998:1277) para a freguesia

³⁸ São exclusivamente as fêmeas que se alimentam de sangue.

de Santo Antônio de Guarulhos (norte-fluminense), na década de 1840. Além disso, ao contrário do impacto microbiano tipicamente irrompido pela migração forçada, a malária – uma doença originária da África oriental e trazida ao Brasil, no século XVI, exatamente em decorrência do tráfico atlântico – acometia principalmente os escravos nascidos no próprio continente negro. Só podemos especular sobre as razões dessa constatação teoricamente contraditória.

Informações sobre a evolução dos preços dos cativos são muito conjecturais, baseando-se largamente em estimativas.³⁹ Sabe-se, desde há muito, que as últimas décadas de domínio português foram marcadas por uma grande intensificação do volume do tráfico atlântico, que vinha na esteira da notável expansão agrícola desse período (Schwartz, 2001:128-9, 135). Apesar dos recentes avanços obtidos em relação aos estudos clássicos, a nova historiografia econômica e demográfica da escravidão ainda fornece pouca luz quando o assunto é o período pré-1808 – algo que talvez não mude, simplesmente em razão da inexistência de fontes.⁴⁰ Os esforços quantificadores de Florentino (1995), por exemplo, ficaram restritos ao período 1790-1830. O trabalho de Cavalcanti (2005), bem mais recente, mergulha bem mais fundo, remontando até o início do século XVIII. Valendo-se desses dois estudos, é possível perceber que a passagem da década de 1780 para a seguinte conheceu duas micro-conjunturas consecutivas e simetricamente opostas: uma, de 1789 a 1793, na qual o aporte de negros cresceu, em média, 3,4 por cento ao ano; e a outra, de 1793 a 1797, período no qual os desembarques diminuíram, em média, 3,5 por cento. Neste último ano, o montante de africanos adventícios chegou ao menor nível desde 1778 (Cavalcanti, op. cit.:63-5).⁴¹ Embora aferições indiretas do preço dos escravos derivadas somente a partir do volume da mercadoria aportada sejam perigosas, principalmente devido aos mecanismos de formação do preço que tinham lugar após o desembarque. Entre eles, havia, por exemplo, a atuação dos já mencionados atravessadores. Apesar disso, pode-se aventar com a hipótese de que o contexto de redução da oferta em quatro anos seguidos tenha gerado, especialmente nos grandes consumidores, uma sensação

³⁹ Uma análise de fôlego, embasada sobre abrangentes dados empíricos, pode ser encontrada em Eltis e Richardson (2003). O foco dos autores, contudo, recai, primordialmente, sobre os cativos desembarcados nas Índias Ocidentais e na América britânica continental.

⁴⁰ Cavalcanti (op. cit.:52-3) encontrou alguns fragmentos dos registros de entradas de escravos na alfândega carioca, o que o fez deduzir que essa documentação existe.

⁴¹ No apogeu do tráfico atlântico, nos anos 1820, chegou-se a receber até 130 negreiros num só ano, os quais teriam trazido, juntos, mais de 47.000 africanos (cf. Florentino, op. cit.:51-9).

econômica de inflação.

Mais importante do que a flutuação ocorrida no fluxo da oferta deve ter sido a flutuação da demanda. Em muito devido a uma conjuntura externa favorável criada pelo cenário de conflitos internacionais no período entre 1774 e 1815 – a guerra de independência norte-americana e, principalmente, a Revolução Francesa, acarretadora da desarticulação da produção haitiana –, a última década do setecentos assistiu ao pico da expansão da agroindústria açucareira fluminense, leia-se sua região mais importante, a Baixada dos Goitacazes (Florentino, op. cit.:30-1). Decerto que os empresários campistas podiam arcar com os preços inflacionados do escravo, algo que não podia ser suportado, todavia, pelos velhos senhores escravistas do Recôncavo.

A paisagem da bacia do Macacu nunca foi dominada pela agroindústria do açúcar – como de resto aconteceu, de maneira mais ou menos homogênea, com os recônditos guanabarinós –, tendo se constituído historicamente como uma região predominantemente voltada para o cultivo de gêneros alimentícios. Desde o século XVI, quando do começo da apropriação neo-européia do território fluminense, essa área aparecia, aos olhos dos portugueses, como a jóia das terras do Recôncavo, atribuição que se deveu muito mais à atração que seu potencial hídrico oferecia do que propriamente à fertilidade de seus solos, não muito diferentes daqueles encontrados nos outros vales fluviais. O progredir do povoamento, no século XVII, daria fundamento a essa percepção das qualidades da bacia do Macacu, mas não a transformariam numa grande área exportadora. Os engenhos, na realidade, acabariam espalhando-se por todo o Recôncavo e também pelo restante das baixadas costeiras – de Itaguaí até Araruama, de Cabo Frio até São João da Barra – e o Macacu, contraditoriamente, notabilizar-se-ia muito mais pela produção de farinha de mandioca do que de açúcar (Abreu, 2003:s/p).

No último quartel do século XVIII, esse panorama permanecia o mesmo. Em 1778, a freguesia de Santíssima Trindade era a quarta maior produtora de farinha de mandioca, respondendo por 11% de todo o montante da capitania, superada apenas por Jacutinga, Cabo Frio e Campos (Silva, 1990:167). Curiosamente, dados deste mesmo ano mostram também que esta freguesia era a que compreendia a maior extensão de “terras por cultivar” – ou seja, florestas primárias. Para bem dizer, apenas dois proprietários são rubricados: Marcos da Costa Falcão, que lá havia montado um engenho três anos antes (em 1778, havia fabricado 26 caixas de açúcar e 15 pipas de aguardente), contando 48 escravos; e o Vigário José Ferreira da Silva, morto fazia já

três primaveras, ao longo das quais não se havia moído nada, pela “desordem” que se instaurou entre os herdeiros. De resto, havia apenas terrenos agrestes totalizando uma superfície de mais de 93km², com donos os mais variados, desde o mestre de campo do distrito até os religiosos carmelitas (Lavrado, 1946:293-4). A partir desses dados, só posso deduzir que estes indivíduos e instituições arrendassem suas terras aos roceiros (plantadores de mandioca), o que estaria de acordo com o que afirmou Silva (1990:172) sobre esses tipos de produtores.

Na última década da centúria, as políticas fomentistas do Vice-Rei Conde de Rezende (Idem:176-7) podem ter intensificado a especialização agrícola da área da bacia do Macacu. “A Mandioca hé a principal Lavoura deste Paiz”, dizia o autor da *Discripção*, em 1797; nela, empregavam-se a maior parte dos agricultores. Isto seria justificado pelo fato de que esse gênero “em quazi toda a terra dá com abundancia” e “a plantação desta se pode fazer em todo o anno”, embora o melhor período fosse de maio a outubro, isto é, os mais frios e menos úmidos (AHU, op. cit.:cap.10).

As causas dessa diferenciação geo-econômica ainda não foram objeto de uma reflexão mais séria. Silva (1990:172) ressalta a importância dos grandes rios que desembocam no fundo da baía de Guanabara para a formação desse “grande cinturão mandiogueiro que se estendia pelos atuais municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Cachoeiras de Macacu e Itaboraí”, constituindo excelentes vias de escoamento para a farinha, um produto, afinal, pesado e barato. A bacia do Macacu possuía 24 portos constantemente visitados por saveiros e lanchas.

Numa rápida e despreziosa incursão ao passado, a geógrafa Mesquita (1952:112) sugeriu a hipótese de que a “transferência” da lavoura canavieira para a Baixada dos Goitacazes, ocorrida ao longo da segunda metade do setecentos, tenha criado as condições para o forte desenvolvimento das culturas de mantimentos na zona *après-la-vague*, na medida em que o esgotamento dos solos e o escasseamento das matas tivessem obrigado os agricultores a investir em plantas ecologicamente menos exigentes e de menor retorno econômico.

Essa hipótese parece-me bastante inverossímil na medida em que se traga à baila a constatação básica de que a agricultura de víveres sempre existiu de maneira significativa e sem grandes flutuações absolutas, nas terras do Recôncavo, desde a segunda metade do século XVII. As características ecológicas das duas principais plantas domesticadas – a cana-de-açúcar (*Saccharum* sp.) e a mandioca (*Manihot*

esculenta) – eram, em grande medida, opostas – enquanto a primeira encontrava seu *optimum* em ambientes alagadiços, a segunda prefere áreas bem drenadas –, o que tornava as duas culturas regionalmente conciliáveis. Não seja por acaso que elas formem, até o final do século XX, o que Linhares (1996:138) chamou de “parceria histórica”. A resistência excepcional da mandioca à seca e sua capacidade de crescer em solos pobres fez com que ela se tornasse especialmente adaptável aos terrenos não-alagadiços e não plantados com cana (Schwartz, 2001:126-7). Espreitando-se entre os campos canavieiros ou ocupando terrenos ingratos nas encostas dos morros e maciços, essas plantações “subsidiárias” complexificavam enormemente a configuração da paisagem agrária, de modo que não é possível apreendê-la a partir de modelos locais “lineares” como os clássicos círculos concêntricos de Von Thunen; ao contrário da Bahia, nunca houve, no Rio de Janeiro, uma forte especialização geográfica dos cultivos (Silva, 1990:173).

Embora tenha havido, sim, uma relativa crise de abastecimento alimentar na cidade de São Sebastião na primeira década do setecentos, ela não deve ser superestimada. Conforme aponta Sampaio (2003:81-2, 91), tratava-se de um desajuste conjuntural entre a oferta – ocasionada pelo *rush* demográfico em direção às minas – e a demanda – sensivelmente inflada pelo aumento da população urbana carioca e, em menor escala, pela necessidade de abastecer a Colônia do Sacramento com farinha de mandioca. O setor agrário como um todo, aliás, não viria a sofrer nenhum recuo absoluto substancial nos cem anos entre 1650 e 1750; O que se verificou, na verdade, foi um recuo *em relação ao setor mercantil*.

Muito mais provável, nesse sentido, é que a predominância de uma economia agrária *introvertida*⁴² estivesse ligada a fatores da geografia física, isto é, à diferencialidade dos diversos espaços naturais em termos de potencial agrícola. A lavoura de cana exigia um tipo específico de solo, sendo o melhor aquele conhecido por *massapé*. Solos capazes de sustentar culturas como a mandioca, o feijão e o milho, por exemplo, podiam não ser adequados à lavoura canavieira. Pela leitura da *Descrição*, percebe-se a valorização dos terrenos “mais próximos às cachoeiras dos rios”, o que indica, em última instância, a valorização da lavoura mandiocueira. Igualmente, os campos de cana dependiam, para o seu bom estabelecimento, de outras características

⁴² Ressalte-se, contudo, que certos gêneros alimentícios figuravam como itens importantes na pauta de exportações fluminenses como, por exemplo, o arroz (cf. Silva, 1990:169)

ecológicas, tais como uma rede hidrográfica propiciadora do escoamento da produção a custos aceitáveis, a existência de reservas florestais em quantidade suficiente para alimentar os fornos dos engenhos, um relevo pouco acidentado e um regime pluviométrico moderado. Com exceção da abundância de matas, todas as outras condições estavam ausentes nas terras além-baixada, o que ajuda a explicar, segundo Barros (op. cit.:67-9), a estabilização da fronteira durante a primeira metade da centúria.

4. Agricultura, extrativismo madeireiro e modelagem da paisagem

Em 1797, os principais cultivos ancilares da bacia do Macacu eram, além da já referida mandioca, o arroz, o milho e o feijão. Todas estas culturas eram conduzidas no mesmo antigo sistema de reprodução extensiva, dispensado o uso de arado bem como a fertilização das terras – embora gado houvesse:

Não usão estes Lavradores de Arado, e a braço de Escr.^{os} com Enxadas preparão as terras, e são de tão boa qualid.^e, q.e se lhes não faz preciso extrumalas, e se em algumas há essa precisão p.^r cansadas, em lugar de extrumalas as deixão, e vão beneficiar outras, p.^rq.^e as tem com abundancia; e em quanto nestas se entretém, tornão dahi à annos p.^a as outras se as achão em termos, e outros p.^rq.^e se tem Lavouras em Montes, pela falta de Vargés, as não podem extrumar; p.^rq.^e se o fazem as águas os despem deste beneficio pela sua ellevação (AHU, op. cit.:cap.10).

Estes dados apontam, contudo, para a necessidade de matizar a tipicidade dessa situação de fronteira móvel. Em primeiro lugar, o relato indica a possibilidade de um sistema de pousio longo, com reutilização de capoeiras. De fato, a regeneração florestal naquela região tendia a ser rápida, em vista da grande umidade. Ironicamente, era esta mesma condição ambiental que dificultava o retrabalhamento das terras já plantadas situadas em relevo declivoso, pois a chuva tendia a lixiviar o adubo.

Mas a agricultura não era a única, nem mesmo talvez a mais importante atividade econômica na qual se engajavam os habitantes do distrito. O padrão de emprego livre numa economia onde metade da força de trabalho é compulsória⁴³ não pode, naturalmente, ser igual ao encontrado numa moderna economia de mercado capitalista, na qual os indivíduos desempenham uma única ocupação por longos períodos e onde todas as necessidades da vida diária são adquiridas por meio da compra. Na sociedade colonial, um homem ou uma família podia – e era bastante comum que o fizesse – combinar ocupações distintas dentro de um mesmo “setor” econômico

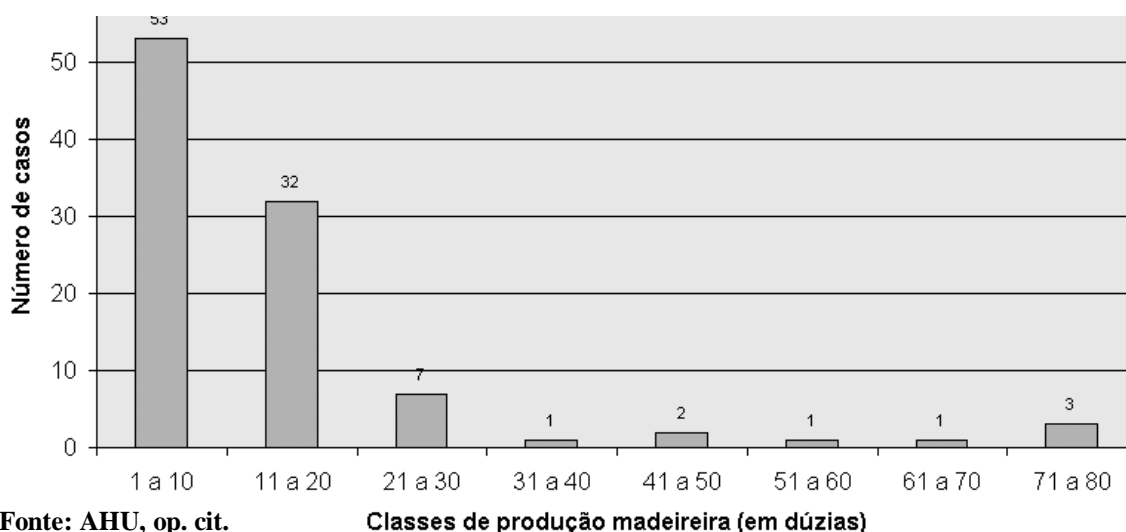
⁴³ Para os três primeiros quartéis do século XVIII, supõe-se que o peso relativo dos cativos na população economicamente ativa da colônia oscilou em torno de 50 por cento (Samara, 2005:20).

(produção, circulação ou distribuição) e até de setores distintos, em quase todos os níveis ou estratos sociais. Além da tradicional cultura de mantimentos – que compreendia, geralmente, o milho, o feijão, o arroz e a mandioca, utilizados nos gastos da casa e, eventualmente, como excedentes comercializáveis –, as unidades domiciliares da “pobreza rural” podiam ter diversas outras ocupações, como a tecelagem, a alfaiataria e o comércio miúdo (Castro, 1987:112-3; Sâmara, 2005:154-61).

O extrativismo madeireiro seria, nessa perspectiva, uma outra manifestação desse padrão geral, modelada sob circunstâncias particulares sociais, econômicas, históricas e, principalmente, ecológicas. A disponibilidade de matas conservadas, na bacia do Macacu, era, sem dúvida, a mais importante. Ao longo desta extensa e pantanosa planície que, a pouco e pouco, à medida que se subia o rio, dava lugar a morros e pequenas cadeias montanhosas que prenunciavam a escarpa da Serra dos Órgãos, o corte das madeiras era uma das atividades mais importantes da economia rural, igualando-se mesmo às tradicionais lavouras de cana-de-açúcar e mandioca. Como ressalta Forte (op. cit.:53-4), “o comércio de madeiras representava uma apreciável riqueza, pela excelência das espécies existentes nas matas do município, aplicadas em variadas obras civis e hidráulicas”.

Verificando a documentação primária, constatamos, entretanto, que apenas 9,3% dos domicílios arrolados na lista nominativa eram produtores de madeira, o que corresponde a 100 unidades familiares. A amplitude dessa produção madeireira (em dúzias) era de 79 (valor máximo de 80 e mínimo de um). Montando-se a tabela de freqüências para esta variável com base em intervalos decenais, descobre-se uma distribuição extremamente desigual, com mais de 50 por cento dos produtores alocados na primeira classe, que compreende uma a 10 dúzias (gráfico 1). Isto revela um padrão produtivo bastante disperso, com muitos agentes contribuindo com “miudezas”.

Gráfico 1. Distribuição de freqüências para a variável produção madeireira (Santo Antônio de Sá, 1797)



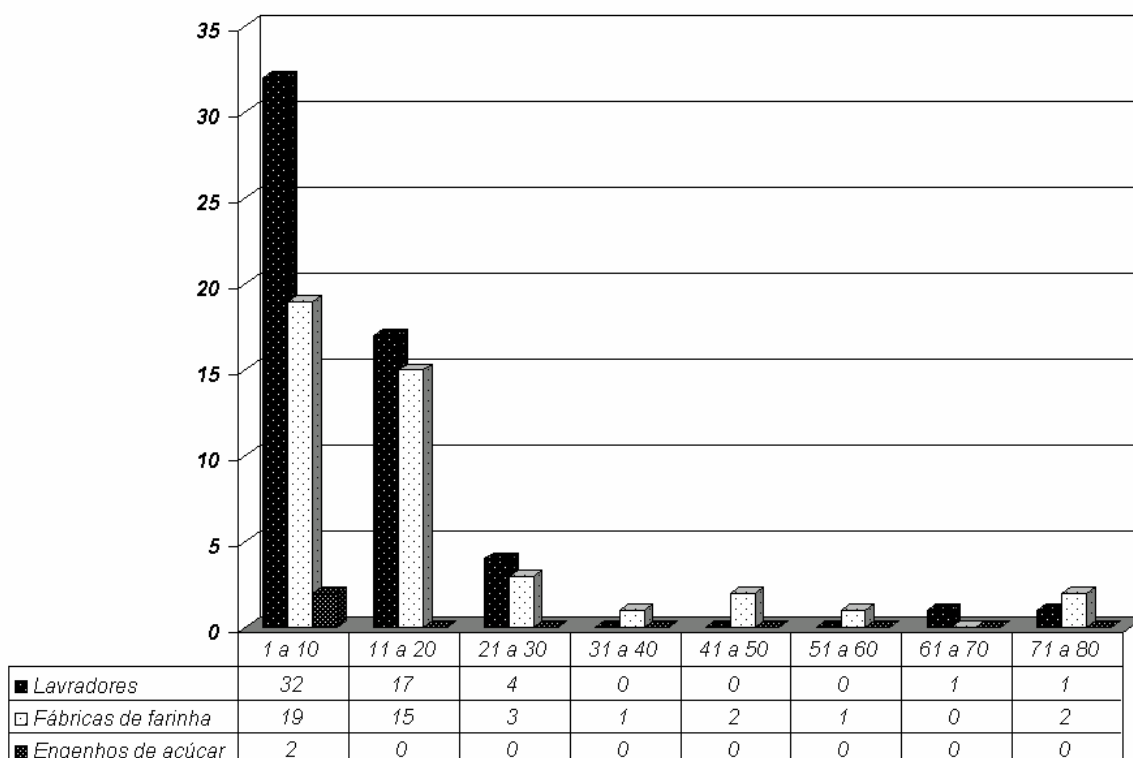
Fonte: AHU, op. cit.

Classes de produção madeireira (em dúzias)

Destrinchemos o quadro. Minha idéia é comparar a estrutura do quadro total de unidades domiciliares (1.077) do distrito com a estrutura do subgrupo de unidades domiciliares produtoras de madeira (100), procurando-se identificar as características particulares deste último conjunto. Esta descrição será feita setorialmente, acatando a divisão sócio-profissional apresentada no documento: fábricas de arroz (2), olarias (10), engenhos de açúcar (27), oficiais de diferentes ofícios (30), serradores (55), taverneiros (66), fábricas de farinha (238) e lavradores (649). Desprezando-se as categorias menos numerosas e/ou não agrícolas, chegamos a um universo de 914 domicílios, com a seguinte distribuição: 71% de lavradores, 26% de fabricantes de farinha e 3% de senhores de engenho.

Acompanhemos, então, as distribuições dentro das classes quantitativas de produção madeireira, procurando descobrir em que medida varia a proporção acima identificada. Observando o gráfico 2, percebe-se que a tendência da proporção global mantém-se apenas para a primeira classe, com 60,4 por cento de lavradores, 35,8 por cento de farinha e 3,8 por cento de engenhos. Já na segunda classe, o número de lavradores e fabricantes de farinha quase se iguala (17 contra 15), algo que ocorre também na terceira classe (4 contra 3). Nas demais classes, com exceção da sétima, prevalece o número de fabricantes de farinha. Isto significa que os farinha predominavam na indústria madeireira de maior escala: apenas seis deles fabricaram, juntos, quase 30 por cento da produção madeireira total do distrito, em 1797.

**Gráfico 2. Cruzamento entre classes profissionais e classes de produção madeireira
(Santo Antônio de Sá, 1797)**



Fonte: AHU, op. cit.

Essa predominância das fábricas de farinha na indústria da madeira é confirmada mais pelas produções médias de cada classe do que pela ocorrência de cada classe produtiva no total de 100 madeireiros. Destes, 55 pertenciam à classe lavrador, 43 à classe fábrica de farinha e apenas 2 à classe engenho de açúcar. Ponderando os números acima pelas quantidades totais de ocorrência de cada classe produtiva no distrito como um todo, obtemos o seguinte panorama: 7,4% dos engenhos de açúcar produziam madeira, 8,5% dos lavradores produziam madeiras e 18,1% das fábricas de farinha produziam madeira. Contudo, a interferência direta do tamanho das propriedades fundiária nestes valores faz deles pouco confiáveis para o exame de nossa questão. Com efeito, a área total ocupada por engenhos (em geral, madeireiros e não-madeireiros) correspondia a 25% do território do distrito. Por outro lado, cada engenho de açúcar engajado na atividade madeireira produzia, em média, somente 4,0 dúzias de peças de madeira; cada lavrador, por sua vez, 12,8 dúzias; e cada fábrica de farinha, 17,9 dúzias.

Detenhamo-nos um pouco nas categorias dessa classificação sócio-profissional, começando com as fábricas de farinha. Assim como o açúcar, a farinha de mandioca precisava, para o seu preparo, de todo um sistema de aparelhamento que, embora fosse bem menos dispendioso do que o complexo manufatureiro do engenho, não deixava por isso de produzir diferenciações entre os agricultores no que tange à possibilidade de beneficiamento⁴⁴ – como acontecia com os senhores de engenho e os chamados “lavradores de partido”, no caso da cana. Depois de arrancado ao solo, o tubérculo devia ser levado à casa de farinha (ou atafona, ou trem de farinha, ou farinhada, de acordo com a terminologia popular regional), geralmente um galpão de pau-a-pique onde se encontrava todo o instrumental necessário à feitura da farinha: peneiras (urupemas), tachos, gamelas, cevadeiras, a prensa (tipiti), o rodo e o forno de barro. Todo o processo de preparação da farinha era feito dentro dessa casa, de onde ela saía pronta para o consumo.

Era de se esperar, portanto, que as classes produtivas mais elevadas fossem preenchidas por fabricantes de farinha, indivíduos e famílias mais abastadas e com maior potencial de investimento. De acordo com a lista, a grande maioria (77%) dos fabricantes de farinha engajados na indústria madeireira tocavam suas atividades em terras próprias, cujas dimensões variavam entre 0,076 e 3,6 km². Além da mandioca, essas terras estavam geralmente cultivadas com arroz, feijão e milho, em ordem decrescente de frequência e importância; nenhuma unidade domiciliar, todavia, produziu aguardente e apenas uma produziu açúcar, na mísera quantidade de 31 arrobas, o que mostra a grande especialização desse segmento da população em torno da agricultura de alimentos básicos.

Com exceção de um, todos os fabricantes de farinha produtores de madeira possuíam escravos. Seguindo a classificação usada por Fragoso e Florentino (op. cit.:87)⁴⁵, 15 farinheiros eram pequenos proprietários, 16 eram médios proprietários e 11 eram grandes proprietários, sendo que a média aritmética para o tamanho do plantel é de 17 cativos.

⁴⁴ Castro (1987:85) constatou, para o caso de Capivary da segunda metade do oitocentos, que 53,1 por cento dos estabelecimentos agrícolas mais pobres por ela analisados não se encontravam aparelhados para a simples produção da chamada farinha seca ou farinha do comércio que, fina ou grossa, era largamente transacionada nos mercados locais e regionais.

⁴⁵ Pequenos plantéis (1 a 9), médios plantéis (10 a 19) e grandes plantéis (mais de 20).

A categoria *lavradores* muito pouco provavelmente referia-se – ou pelo menos não exclusivamente – aos “lavradores de cana” (ou “de partido”) aos quais fiz alusão mais acima. Primeiro porque, como já foi visto, a base natural não era das mais apropriadas para o cultivo dessa gramínea e, em segundo lugar, porque o exame de documentos congêneres de outras partes do Brasil mostra que o referido termo (“lavradores”) vinha sendo cada vez mais empregado, desde meados do setecentos, para designar os pequenos e médios agricultores, principalmente aqueles que se ocupavam de lavouras comerciais de alimentos básicos (Castro, op. cit.:36-7; Bacellar, 2001:129-37; Samara, op. cit.:154-61). Castro (op. cit.:37) identificou, em seu estudo, uma carga ideológica de auto-identificação desses indivíduos que não se reconheciam como “fazendeiros”, mas apenas como “lavradores”. Conquanto tais agentes fossem, freqüentemente, proprietários de escravos (com plantéis inferiores a 15 cativos) e até – embora mais raramente – de terras, eles apresentavam-se politicamente subordinados dentro da arena local, tendo em vista as dimensões menores de seus empreendimentos agrícolas.

Diferentemente dos farinheiros, a maioria dos lavradores de Santo Antônio de Sá (54,5%) trabalhava em terras alheias. Aparentemente, essa condição não influenciava de modo decisivo a capacidade produtiva de sua indústria madeireira; entre os 10 maiores fabricantes, em 1797, figuravam três lavradores, sendo que dois deles não eram proprietários de terras. Todavia, quando nos preocupamos em identificar quem eram estes atores, outro elemento explicativo vem à tona – os laços parentais. O segundo maior lavrador-madeireiro, responsável pela produção de 64 dúzias de peças, era José de Amorim Lima, isto é, um dos irmãos mais novos de um grande senhor de engenho local e administrador do corte naval daquela área. Além disso, José, assim como seu irmão Francisco (outro lavrador-madeireiro, embora de menor porte) também eram oficiais de ordenança: o primeiro era tenente e o segundo, capitão. Métodos de análise micro-histórica (principalmente a demografia da reconstrução familiar) certamente demonstrariam associações de parentesco como essas (fossem elas sanguíneas ou fictícias) entre os demais agricultores-madeireiros sem propriedade fundiária e homens politicamente poderosos no cenário local.

Quanto à posse de escravos, também o perfil dos lavradores diferenciava-se consideravelmente daquele referente aos fabricantes de farinha. Dos 55 domicílios, 9 não tinham acesso a nenhum cativo. Dentre estes 46 lavradores donos de escravos, não

havia nenhum grande proprietário: 37 tinham pequenos e 9 tinham médios plantéis. A média aritmética é de 4,8 cativos por lavrador.

Independentemente de possuírem ou não casa de farinha, farinheiros ou lavradores privilegiavam a cultura da mandioca. Esta tem uma propriedade ecológica bastante conveniente para a combinação com atividades secundárias esporádicas e aleatórias, isto é, que exijam transferência da força de trabalho da faina agrícola. Apesar de não ser uma cultura permanente, a mandioca, como tubérculo que é, possui a capacidade de permanecer até dois anos no interior do solo sem ser colhida; ela pode, portanto, ser literalmente armazenada na terra, propiciando ao produtor a alternativa de postergar a colheita em caso de valorização de algum bem extrativo, por exemplo (Castro, op. cit.:84).

Pode ser argumentado, portanto, que o que diferenciava farinheiros e lavradores nos seus respectivos graus de engajamento no extrativismo madeireiro era a margem de manobra econômica expressa em termos de propriedade fundiária e escravaria. Deve-se notar, não sem efeito, que esta conclusão está baseada na premissa de que a produção agrícola é a “variável independente” e a produção madeireira é a “variável dependente” – algo que assumi mais acima quando falei em atividades “centrais” em contraposição às “acessórias”. Ao mesmo tempo em que constituem ferramentas fundamentais da pesquisa, as pressuposições são perigosas facas de dois gumes: podem engessar o pensamento e levar a conclusões simplesmente ilustrativas da teoria pré-concebida. Por isso, acho que o importante não é, propriamente, abster-se do pressuposto, mas trabalhar com suas alternativas. No presente caso, por conseguinte, não deveríamos considerar a possibilidade de a produção madeireira ser o indicador mais importante do sistema? Estou pensando não tanto em termos de uma variável “independente” – pelo menos não no sentido mais estrito do termo – mas sim como uma variável que revele uma relação cuja causabilidade tenha uma certa precedência sobre as outras, qual seja, a relação sócio-espacial entre o rurícola e a mata primária. Supondo que o nível de exploração madeireira indique acessibilidade a esse recurso, então poderíamos imaginar um quadro no qual o extrativismo (auto-consumista e mercantil) é que propiciasse uma maior produção agro-industrial (farinha de mandioca) – e não o contrário. Para desenvolver essa hipótese, irei valer-me do modelo de sítio camponês descrito por Woortmann (1983).

Esta antropóloga identificou, no campesinato sergipano, duas modalidades de organização espacial da unidade produtiva diferenciadas pela disponibilidade de mata primária. Enquanto este recurso era abundante e acessível, mantinha-se, além da produção da mandioca propriamente dita, o aparato manufatureiro para beneficiá-la – a casa de farinha. Da floresta virgem e/ou da capoeira grossa é que se extraía a madeira necessária para a construção da casa e dos seus equipamentos (prensa, rodete, cocho, etc.). Portanto, a redução do estoque florestal acarretava na diminuição não apenas da lavoura mandiocueira (pois restringia a área total cultivável, obrigando a um pousio cada vez mais curto), mas eliminava, concomitantemente, a disponibilidade de madeira para a construção de novas casas de farinha ou mesmo para o reparo das instalações antigas. A evolução da primeira para a segunda situação seria acionada, preponderantemente, pelo avanço da propriedade privada sobre as terras comunais efetuada pelos grandes criadores de gado da região. Isto quer dizer que a variável central era, na verdade, o *acesso jurídico às matas*.

No caso da bacia do Macacu de finais do setecentos, este acesso era determinado, em grande escala, pelas relações estabelecidas entre proprietários fundiários e não-proprietários.⁴⁶ Neste sentido, o primeiro modelo de Woortmann poderia ser identificado aos fabricantes de farinha de Santo Antônio de Sá e o segundo, aos lavradores de mandioca. Já vimos que os farinheiros tendiam a trabalhar em terras próprias, ao contrário dos lavradores. Esta diferenciação é reforçada quando olhamos para a ocorrência de agregados no conjunto das duas classes: enquanto 67,4% dos farinheiros “abrigavam” pelo menos um indivíduo ou família despossuída em suas terras, apenas 34,5% dos lavradores faziam o mesmo, ou seja, a metade. A média aritmética (número total de agregados dividido pelo número total de domicílios) também confirma esse resultado, embora com menos intensidade (1,6 para os farinheiros e 1,0 para os lavradores). Isto pode ser explicado pela escala do universo sócio-econômico de que aqui se trata – com efeito, para esses estratos rurais médios, arrendar uma única parcela de terreno significava muito em relação aos grandes senhores de engenho, por exemplo.

⁴⁶ Utilizo aqui o termo “não-proprietários” para designar todos os indivíduos ou famílias que se encontravam assentadas e produzindo economicamente em terras que lhes não pertenciam juridicamente. Teoricamente, seriam “foreiros” ou “arrendatários”, mas evitei empregar esses termos visto que não posso comprovar documentalmente tais associações.

Como essa dinâmica sócio-econômica se refletia na paisagem florestal? Uma estimativa da área ocupada por floresta ainda de pé, no final da década de 1770, pode ser obtida através dos dados fornecidos pelo relatório do Marquês do Lavradio sob a rubrica de “terras q^o se achão por cultivar”. Supondo que essas áreas fossem realmente sertões florestais e trabalhando com uma área total da bacia de 1.700 km², podemos inferir que cerca de 17% (ou 286 km²) do setor norte-oriental da bacia ainda eram cobertos por florestas. Elas remanesciam, principalmente, na margem esquerda do médio-alto vale do Macacu e no alto vale do rio Guapi-Açu (Lavradio, 1946:293-4). Considerando-se que estão excluídas deste valor as datas do capitão Pedro Corrêa Lima e dos Carmelitas, além das “[t]erras por cultivar e vacuadas por Ordem do Ill.^{mo} e Ex.^{mo} S.^{or} Conde da Cunha a doze annos” – cujas dimensões não são especificadas pelo documento –, acredito que se pode trabalhar com uma estimativa conservadora de 20 a 25% de cobertura florestal na bacia, no final da década de 1770.

Se atentarmos para as “terraz devolutaz” relatadas no capítulo décimo nono da *Descrição*, então concluímos que, em 1797, a mata parece ter se praticamente extinguido, pois os valores fornecidos pela fonte indicam que restava pouco mais de um km² de área florestal, já nos pontos mais altos da Serra dos Órgãos, “cujas terras são [...] chamadas do Povo” (AHU, op. cit.:cap.19). Apesar de ser muito provável que tenha havido, realmente, uma não-desprezível redução do tecido florestal no último vicênio do século, não devemos, contudo, dar muito crédito a esta última cifra, por duas razões. Em primeiro lugar, há uma probabilidade muito grande de o relator ter tomado toda apropriação territorial *de jure* por apropriação *de facto*. Por volta de 1770, praticamente todo o território do distrito de Macacu já se encontrava *sesmariado*. De acordo com Barros (op. cit.:81), entre os anos de 1750 e 1778, o termo da Vila de Santo Antônio de Sá concentrou mais de 14% das sesmarias concedidas pela Coroa, a maior porcentagem verificada no período, igualada somente pelo distrito de Cabo Frio. O recorte temporal de Barros não me permite averiguar, mas é provável que estas concessões tenham se realizado até meados dos anos 1760, momento a partir do qual a administração metropolitana adota uma rígida política de controle sobre aquela área, devido ao problema do contrabando do ouro das minas dos sertões do Macacu. O próprio autor afirma, mais à frente, que “em fase de ocupação na década de 1760, o avanço da fronteira nesta região foi retardado duas décadas por decreto real” (Idem:153-4).

Em segundo lugar, em estreita consonância com o que se disse acima, tenho motivos para crer que a maior parte do desflorestamento ocorrente nesse período (terceiro quartel do século XVIII) deu-se sobre florestas secundárias. Das três freguesias que formavam o distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu, a que mais se destacava na produção de farinha era a de Santíssima Trindade. Baseando-se nos dados do relatório do Marquês de Lavradio, Forte (op. cit.:46) calcula que esta freguesia produziu, no ano de 1778, 1 milhão de litros de farinha. Considerando-se necessários 4,5 m³ de madeira para a secagem de 50 quilos de farinha (Deffontaines, 1945:567), pode-se estimar grosseiramente que, em se mantendo mais ou menos constante o nível da produção, derrubavam-se, anualmente, cerca de 14.000 árvores (com uma média de 12m de altura) para este fim. Deste modo, imaginando a exploração de uma floresta secundária com uma densidade média de 50 indivíduos úteis por hectare e da qual se extraísse todos os tipos de árvores, sem distinção, a devastação produzida pelas fábricas de farinha teria afetado, anualmente, 2,8 km² de matas secundárias da freguesia de Santíssima Trindade, no último quartel do século XVIII.

Conclusões

A sociedade brasileira nasceu e se desenvolveu no denso meio florestal. Somente na sua puberdade é que ela espraiou-se para os horizontes abertos, para os campos, para os cerrados e a caatinga – as “florestas anãs”. Os autores clássicos gostavam da imagem romântica da “luta” do homem contra o sertão florestal, a subjugação das forças selvagens da natureza inculta pela heróica civilização, influência indelével do famoso modelo de *fronteira* turneriano (ver, e.g., Ricardo, 1942). Já os autores contemporâneos, como Dean (op. cit.), influenciados pelo pensamento ambientalista, acabaram por inverter a polaridade do virtuosismo, tendendo a descrever a ocupação do espaço florestal como um processo de depredação *tout court*, no qual a simples presença do homem é vista como elemento maculador de uma pureza e de uma harmonia supostamente intrínsecas a uma natureza quase sacralizada.

Concordo inteiramente com Duarte (2004:151) quanto à improbabilidade de a história da sociedade brasileira ser o mero desenrolar de um processo linear e crescente de destruição florestal. Prefiro, neste sentido, pensar a Mata Atlântica como o principal baluarte físico-geográfico da formação colonial, fornecendo, ao longo de mais de três séculos, a maior parte da matéria-bruta utilizada no empreendimento ultramarino

português. E essa matéria-bruta não se restringiu ao solo usurpado a ferro e fogo da floresta. Como toda apropriação é multiforme, como toda paisagem natural pode ser *recursalizada*, simultaneamente, de diversas formas, supondo, no mínimo, um tipo de uso para cada elemento natural disponível, a floresta foi derrubada e queimada, sim – afinal, para morar *na* floresta, o homem necessariamente a remove –, mas também cultivada, drenada, caçada, estradada, *madeirada*.

O ciclo dos “sítios volantes”, conforme chamou Gorender (1978:299), incluía, muitas vezes, antes da limpeza do terreno com fogo, uma fase de “apanha” das espécies fornecedoras de boas madeiras. Obviamente que estas deviam ser poucas, se comparadas com a diversidade arbórea total de um trecho de Mata Atlântica – digamos, talvez, 10 ou 20%. Mas é preciso lembrar que nem toda a Mata Atlântica estava assentada sobre o precioso massapé nordestino e os solos precisavam ser adubados, o que significa dizer que *era necessário queimar uma parte substancial de floresta*. E, talvez mais importante do que isso, a terra precisava estar disponível para a plantação (isto é, desflorestada) *rapidamente*, o que um homem, sua família e uns poucos escravos (quando existissem) não poderiam realizar a base unicamente de machado. Por haver árvores mais robustas (com troncos de maior diâmetro) que teimam em remanescer mesmo após a queima, era muito importante que se as derrubasse antes que se tocasse o fogo, porque *lenhos secos são consideravelmente mais difíceis de serem cortados*. Segundo Deffontaines (1945:564), “[a] floresta é verde e úmida demais para queimar em pé; não há incêndio de floresta sem uma derrubada prévia”. As próprias modificações ecológicas estruturais impostas pelo corte seletivo à comunidade vegetal podem, como mostram os estudos experimentais de Holdsworth e Uhl (1997) e Monteiro et. al. (2004), aumentar o grau de combustibilidade da floresta, facilitando, assim, o trabalho do fogo no processo de expansão da terra arável. Em outras palavras, o custo de oportunidade do arroteamento não-aproveitador de madeira era muito alto, isto é, a produção global (agricultura mais extrativismo) acabava ficando substancialmente mais cara, primeiro porque o terreno não era preparado adequadamente – o que influía na fertilidade do solo – e, segundo, porque se desperdiçava biomassa com potencial valor-de-troca. O padrão fitogeográfico da Mata Atlântica, combinado a um acesso quase universalizado aos recursos florestais – o que pressionava os preços para baixo – tendia a fazer com que, na maioria das vezes, só valesse a pena entrar na densa floresta

primária para cortar algumas poucas árvores quando já se fosse, no final das contas, derrubá-la por completo de qualquer maneira.

Se o século XVIII representou, de fato, um *turning point* na história da Mata Atlântica brasileira, em geral, e fluminense, em particular, com o início de taxas de desflorestamento exponencialmente maiores (Dean, op. cit.:109; Amador, 1997:270, 275), a bacia do Macacu parece ter constituído, ainda no final da centúria, um grande “refúgio” do bioma. Este vasto estoque de floresta apresentava uma enorme variedade de espécies vegetais propícias à exploração madeireira, com finalidades múltiplas. Em resumo, o que os documentos analisados mostram é uma floresta que era, de fato, uma *paisagem geográfica*, isto é, um espaço ao mesmo tempo natural e cultural. Um espaço apropriado pelo homem, talvez (ainda) mais simbólica do que materialmente, mas apropriado, sem dúvida. A floresta macacuana, na segunda metade do século XVIII, era um *locus* de indústria, de metabolismo ativo entre o homem e a natureza.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Maurício de A. A apropriação do território no Brasil colonial. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo César da C.; CORRÊA, Roberto L. (orgs.). Explorações geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1997:197-245.
- _____. Processo de conquista e apropriação do território: capitania do Rio de Janeiro, 1564-1600. Anais do VI Encontro da ANPUR. Belo Horizonte. 2003 (CD-ROM).
- AMADOR, Elmo da Silva. Baía de Guanabara e ecossistemas periféricos: homem e natureza. Rio de Janeiro: Edição do Autor. 1997.
- AZEVEDO, Aroldo de. Embriões de cidades brasileiras. Boletim Paulista de Geografia. v.25, 1957:31-69.
- BACELLAR, Carlos de Almeida P. Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume/Fapesp. 2001.
- BARROS, Edval de Souza. Proprietários rurais e Estado português em meio ao avanço da fronteira agrária escravista – A capitania do Rio de Janeiro entre 1763 e

1808. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense. 1997.
- BEAUCLAIR, Geraldo. Raízes da indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense, 1808-1860. Rio de Janeiro: Studio F&Ed. 1992.
- BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e futuro. A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Unesp. 1992:7-37.
- CABRAL, Diogo de C. Madeireiros do Brasil colonial. *Ciência Hoje*. v.212 (36), 2005:16-19.
- _____. Homens e árvores no ecúmeno colonial: uma história ambiental da indústria madeireira na bacia do rio Macacu, Rio de Janeiro, 1763-1825. Dissertação (Mestrado em História Social). Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ. 2007.
- CARVALHO, Gilmar de. Madeira matriz: cultura e memória. São Paulo: Ammablume. 1998.
- CASTRO, Hebe Maria M. de. Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo. São Paulo: Brasiliense. 1987.
- CAVALCANTI, Nireu. O comércio de escravos novos no Rio de Janeiro setecentista. In: FLORENTINO, Manolo (org.). Tráfico, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2005:15-78.
- DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.
- DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a rede de cidades. *Boletim Geográfico*. v.14 (141-148), v.15 (299-308). 1944.
- _____. A floresta a serviço do homem no Brasil. *Boletim Geográfico*. v.28, 1945:561-8.
- _____. *L'homme et la forêt*. Paris: Éditions Galimard. 1969.
- DRUMMOND, José Augusto. Environment, Society and Development: an Assessment of the Natural Resource Economy of the State of Amapá (Brazil). Tese de doutoramento. University of Wisconsin. 1999.

- DUARTE, Regina H. Por um Pensamento Ambiental Histórico: o caso do Brasil. *Luso-Brazilian Review*. v.41 (2), 2004:144-61.
- ELTIS, David; RICHARDSON, David. Os mercados de escravos africanos recém-chegados às Américas: padrões de preços, 1673-1865. *Topoi*. v.6, março 2003:9-46.
- FARIA, Sheila de Castro. Família e morte entre escravos. *Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP*. 1998:1273-98.
- FLORENTINO, Manolo G. Em costas negras: uma história do tráfico Atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 1995.
- FORTE, José Matoso M. Vilas Fluminenses Desaparecidas: Santo Antônio de Sá. *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*. t.XLIV, 1937:35-67.
- FRAGOSO, João. Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 1992.
- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c.1790-c.1840. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.
- FUNDREM. Inventário dos Bens Culturais do Município de Itaboraí. Rio de Janeiro. 1982. Ilustrações e mapas.
- GEORGE, Pierre. Geografia econômica. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 1963.
- GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. São Paulo: Ática. 1978.
- GORENSTEIN, Riva. Comércio e política: o enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808-1830). In: GORENSTEIN, Riva; MARTINHO, Lenira M. (orgs.) *Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca. 1992:90-203.
- GRANER, Maria Paula. A estrutura fundiária do município de Araruama: 1850-1920. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense. 1985.

- HOBBSAWM, E. Introdução. In: MARX, K. Formações Econômicas Pré-Capitalistas. São Paulo: Paz e Terra. 1991:13-64.
- HOLDSWORTH, Andrew; UHL, Christopher. Fire in Amazonian selectively logged rain forest and the potential for fire reduction. *Ecological Applications*. v.7, 1997:713-25.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. O homem e a Guanabara. 2ª ed. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia. 1964.
- LAVRADIO, Marquês de. Relação – parte II. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. v.76, 1946 [1779]:289-360.
- LEVI, Giovanni. Comportamentos, recursos, processos: antes da ‘revolução’ do consumo. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 1998:203-24.
- LINHARES, Maria Yedda. Subsistência e sistemas agrários na colônia: uma discussão. *Estudos Econômicos*. v.13 (no. esp.), 1983:745-62.
- _____. Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil (séculos XVII e XVIII). *Tempo*. v.1 (2), 1996:132-50.
- LISBOA, Balthazar da Silva. *Anais do Rio de Janeiro*. tomo V. Rio de Janeiro: Ed. Leitura. 1967 [1834-5].
- MARTÍNEZ-ALIER, Joan. De la economia ecológica al ecologismo popular. Montevideu: Editorial Nordan-Comunidad. 1995.
- MARX, Murilo. *Cidade no Brasil, terra de quem?* São Paulo: EdUSP/Nobel. 1991
- MESQUITA, Myriam Gomes C. Notas sobre a produção da mandioca na baixada fluminense. *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*. v.5, 1952:110-16.
- MONTEIRO, André Luiz S.; SOUZA JR., Carlos Moreira de; BARRETO, Paulo Gonçalves; PANTOJA, Frank Leone de S.; GERWING, Jeffrey F. Impactos da exploração madeireira e do fogo em florestas de transição da Amazônia Legal. *Scientia Forestalis*. v.65, 2004:11-21.
- MORAES, R. B. Contribuições para a história do povoamento em São Paulo até fins do século XVIII. *Geografia*. v.1, 1935:69-87.

- RICARDO, Cassiano. *Marcha para oeste: a influência da 'bandeira' na formação social e política do Brasil*. 2 vols. Rio de Janeiro: José Olympio. 1942.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano*. São Paulo: EdUSP. 2005.
- SAMPAIO, Antonio Carlos J. de. *Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650-c.1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2003.
- SANTIAGO, Myrna. *Rejecting Progress in Paradise: Huastecs, the Environment, and the Oil Industry in Veracruz, Mexico, 1900-1935*. *Environmental History*. v.3 (2), 1998:169-88.
- SANTOS, Ana Maria dos. *Auge e decadência econômica do Recôncavo da Guanabara: o caso de Itaboraí*. In: GRAHAM, Richard (org.). *Ensaio sobre a política e a economia da província fluminense no século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 1974:64-103.
- SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC. 2001.
- SILVA, Francisco Carlos T. da. *Morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil Colônia: Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790*. Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense. 1990.
- _____. *História das paisagens*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (coords.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus. 1997:203-16.
- SLUYTER, Andrew. *From Archive to Map to Pastoral Landscape: A Spatial Perspective on the Livestock Ecology of Sixteenth-Century New Spain*. *Environmental History*. v.3 (4), 1998:508-28.
- SORRE, Maximilien. *Les fondements biologiques de la géographie humaine: essai d'une écologie de l'homme*. Paris: Armand Colin. 1943.
- THOMPSON, Edward P. *Senhores e caçadores*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra. 1987.
- TOTMAN, Conrad. *The Lumber Industry in Early Modern Japan*. Honolulu: University of Hawaii Press. 1995.

WOORTMANN, Ellen F. O sítio camponês. Anuário Antropológico. v.81, 1983:164-203.